



Determinantes do Custo com Serviços de Auditoria Independente

Alexandre Francisco Tochetto Botelho da Silva

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

tochetto@facc.ufrj.br

Marcelo Alvaro da Silva Macedo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

malvaro@facc.ufrj.br

Resumo

O objetivo deste trabalho se constitui na análise dos determinantes do custo total com serviços de auditoria independente no Brasil para o ano de 2013. Procura-se, portanto, verificar se variáveis tais como o tamanho de uma companhia de capital aberto (TAM) e do seu Conselho de Administração (CA), a existência de um Comitê de Auditoria (ComAud), o Nível de Governança Corporativa (NGC) e a escolha de uma auditora *Big Four* (BIG4), são capazes de explicar o custo total com serviços de auditoria independente (CusAud). O banco de dados foi montado a partir do acesso à base Econômica[®] e da coleta de formulários de referência do exercício de 2013, encaminhados em 2014 à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), constituindo-se uma amostra de 199 organizações. Os resultados mostram que é possível inferir empiricamente que grandes companhias, com a necessidade de muitos membros no CA, tendem a realizar maiores dispêndios com auditores externos. Vultosos gastos também estão relacionados às renomadas auditoras, as BIG4. E, finalmente, empresas que possuem ComAud reúnem condições que induzem ao aumento do CusAud. Tudo isso ocorre devido a uma congregação de numerosas operações a serem analisadas, o que aumenta a complexidade e o risco da auditoragem.

Palavras-chave: Custos; Auditoria; *Big Four*.

1. INTRODUÇÃO

Ao pesquisar a evolução histórica dos custos com serviços de auditoria independente na gestão empresarial das companhias de capital aberto no Brasil, é possível perceber que houve um aumento progressivo até a chegada aos patamares atuais, normalmente, com boa representatividade para essas organizações. Ao passo em que ocorria o desenvolvimento dos países, houve o crescimento da economia internacional e, a reboque, evoluíram as atividades de auditoragem na área contábil. Dessa forma, aos poucos, ocorreu, também, uma considerável elevação na complexidade e nos riscos envolvidos no exercício da profissão de auditor, o que encareceu o seu valor em todo o mundo (PORTAL DA CONTABILIDADE, 2014, p. 1).



Em decorrência do aumento da legislação, de novos normativos e do próprio esforço de convergência às normas internacionais de contabilidade, a auditoragem se torna cada vez mais complexa. Adicionalmente, a crescente demanda por maior qualidade nos serviços de auditoria, fruto das últimas crises econômicas, implica na assunção de mais riscos envolvidos no exercício dessa atividade. Dessa forma, pesquisas recentes indicam que esses dois fatores, complexidade e risco, podem explicar, quase que completamente, os custos com auditores externos, atualmente mais caros, em que as companhias brasileiras de capital aberto incidem (BRAUNBECK, 2010, p. 57).

Hallak e Silva (2012, p. 224) reforçam essa ideia ao considerarem que o risco e a complexidade dos auditados são os dois fatores principais para a precificação dos serviços de auditoria independente. Dessa forma, variáveis que tenham relação direta com esses aspectos podem contribuir para explicar o valor da auditoragem, conforme indicam diversos trabalhos, como o artigo precursor de Simunic (1980), sobre os determinantes desses custos, entre outros.

Com a globalização, as companhias vêm buscando atuar internacionalmente, pois a conjuntura advinda num mercado globalizado pode colocar em risco a existência de muitas organizações que não conseguem se ajustar à situação atual. Logo, existe a necessidade de que as informações contábeis e relatórios econômico-financeiros sejam confiáveis, o que é fundamental para a perpetuidade das empresas na economia mundial dos dias de hoje, conforme se depreende de recentes pesquisas (MARTINS; WÜNSCH, 2013, p. 1).

Segundo Niyama *et al.* (2011, p. 127), no cumprimento de sua função de verificar a fidedignidade das informações contábeis publicadas pelas companhias, a atuação dos auditores independentes é entendida como fundamental para o funcionamento dos mercados financeiros e de capitais, por contribuir para um ambiente de mais confiança e credibilidade. Essa importância atribuída à atuação desses profissionais é proporcional à preocupação com a realização de trabalhos de auditoria de pouca qualidade, que venham a atestar como adequadas demonstrações financeiras materialmente distorcidas, levando os usuários ao engano e à decisões equivocadas. Em verdade, no que se refere à informação contábil produzida atualmente, já não importa se a gestão empresarial ocorre apenas no mercado interno. Conforme Szuster *et al.* (2013, p. 16), os usuários da Contabilidade têm a necessidade de que os relatórios das organizações sejam úteis, relevantes e, fidedignamente, representem a realidade.

De acordo com Murcia (2009, p. 34), de forma geral, seria ingênuo pensar que a Administração das empresas é imparcial na elaboração de demonstrações contábeis. Dessa maneira, destaca-se, ainda mais, o papel fundamental da Auditoria Independente, que é o de dar validade a esses relatórios, objetos de análise dos mais variados tipos de usuários, tais como investidores, analistas, acionistas e o governo, entre outros. Nesse contexto, o presente artigo procura responder à seguinte questão de pesquisa: "quais os determinantes do custo dos serviços de auditoria independente no Brasil?". O referido questionamento congrega as hipóteses deste trabalho, relacionadas a cada variável utilizada na análise.

Neste contexto, tem-se como objetivo analisar os determinantes do custo dos serviços de auditoria independente no Brasil, no exercício de 2013, partindo-se de um conjunto de características das empresas.

O estudo dos determinantes dos preços dos serviços de auditoria tem relevância, pois não se trata de quantias desprezíveis, pelo contrário, são grandes os dispêndios em auditoragem

incorridos pelas companhias de capital aberto no Brasil. Dessa forma, o entendimento da maneira como se define o valor pago aos auditores possibilita a realização de inferências sobre como as auditorias, antes com acesso a informações internas das empresas, analisam o risco e a complexidade dos auditados. Além disso, para as próprias contratantes é relevante entender esses fatores, pois, assim, podem adotar medidas que diminuam esses custos.

Espera-se que este artigo possa trazer uma contribuição significativa para a discussão deste tema, dado a carência de pesquisas nessa área no Brasil, decorrente de ser a divulgação dos custos com serviços de auditoria uma evolução normativa contemporânea, ocorrida a partir da Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro de 2009.

O trabalho está subdividido em cinco partes, sendo a primeira constituída por esta breve introdução. A segunda é composta pela fundamentação teórica a cerca do estudo dos determinantes dos custos da Auditoria Independente. A terceira apresenta a metodologia empregada, envolvendo inclusive a definição das hipóteses. A quarta traz a apresentação e a análise dos resultados obtidos. E, finalmente, a quinta expressa considerações finais sobre o assunto tratado, seguida da lista de referências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os estudos sobre os determinantes de custos com serviços de Auditoria Independente surgiram na década de 80, com destaque para o trabalho de Simunic (1980). Essa obra, precursora no tratamento sobre esse tema, se propôs à apresentação de evidências para determinação de preço da auditoria, com conclusões inéditas, até então, em especial, no que se refere às variáveis: tamanho das empresas auditadas (TAM) e auditorias (BIG4), que constituem parte relevante do objeto de análise do presente artigo (SIMUNIC, 1980, p. 161).

Segundo Simunic (1980, p. 162), a metodologia usada contemplou 397 observações sobre honorários de auditoria e variáveis relacionadas a partir da amostragem de empresas de capital aberto nos Estados Unidos. Os dados foram processados sob uma série de mínimos quadrados, onde a equação de regressão sintetizou um modelo de determinação para o preço da auditoria. Os resultados incluem, dentre os determinantes positivamente significativos, o Ativo Total das auditadas (na representação do tamanho das companhias) e o tipo de auditoria (se pertencente ao grupo das grandes firmas, das *Big Eight*, à época).

Brin, Pell e Roberts (1994, p. 101) se propuseram a um estudo exploratório sobre os determinantes dos custos de serviços de auditoria independente. Suas pesquisas ampliaram o espectro dos estudos anteriores, abordando, também, empresas controladas fora seu país, o Reino Unido. Seus achados permitiram concluir que, de fato, o tamanho do auditado, sua complexidade e identidade do auditor (se *Big "8"*, à época) são variáveis importantes dos honorários de auditoria externa. Contudo, os autores observaram que há, regionalmente, algumas divergências na constituição desses valores. A metodologia aplicada foi semelhante a de Simunic (1980), porém, mais abrangente, verificando, inclusive, variações regionais (BRIN; PELL; ROBERTS, 1994, p. 101).

Pouco tempo depois, Sandra e Patrick (1996, p. 32) reforçam, ainda mais, as conclusões dos pesquisadores supracitados. Sua pesquisa se propôs, exclusivamente, ao estudo dos determinantes dos custos de serviços de auditoria independente em Hong Kong. Com metodologia análoga, os resultados encontrados permitiram a conclusão de que as evidências das



pesquisas anteriores eram válidas para as organizações localizadas naquele país. Contudo, encontrou-se maior destaque para a influência do tamanho das empresas auditadas. É interessante notar, ainda, que já se observa, na época da referida obra, que o domínio do mercado auditor pertencia não mais a oito auditoras, mas às Big "6", porém, sem alterações no impacto dessa variável na precificação dos trabalhos de auditoria. Por fim, vale ressaltar que os autores identificaram que complexidade e risco do auditado caminham lado a lado no que se refere à avaliação dos riscos e esforços dos auditores, contribuindo para o aumento dos valores a serem pagos para esses profissionais (SANDRA; PATRICK, 1996, p. 32).

Também Joshi e Al-Basaki (2000, p. 129) puderam confirmar a validade dos achados das pesquisas anteriores. Seu trabalho abrangeu 38 companhias no Oriente Médio, sob a mesma metodologia empregada por Sandra e Patrick (1996). Naquela época, o domínio de mercado já era das Big "5", igualmente, sem modificações no comportamento dessa variável sobre os custos dos serviços de auditoria independente. Seus resultados permitiram a conclusão de que os honorários para auditoria estão, significativamente, associados com tamanho, risco, rentabilidade e complexidade das operações dos clientes auditados (JOSHI; AL-BASAKI, 2000, p. 129).

Observa-se, então, que os achados da pesquisa de Simunic (1980, p. 162) foram amplamente confirmados por outros trabalhos. No entanto, cabe um destaque especial para a obra de Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003, p. 728), que contou com dados de 1998 a 2001, perfazendo 2.666 observações. O referido trabalho se propôs à apresentação de evidências a cerca da constituição do valor de serviços de auditoria e, também, de não-auditoria. Ao elencar em seu rol de variáveis estudadas para avaliar as influências sobre tais custos, o tipo de auditor e, ainda, o de firma auditada, os autores reforçaram sobremaneira, em seus resultados, as conclusões apresentadas por Simunic e outros estudiosos em suas pesquisas. Contudo, tempos depois da aprovação da Lei Sarbanes-Oxley (SOx), em 2002, seria possível considerar válidas essas descobertas a cerca da precificação da auditoria?

A partir da revisão bibliográfica, até aqui, é possível identificar grande complexidade e risco como fatores fundamentais para aumentos nos valores pagos a esses profissionais, pois aumentam seus esforços. De acordo com Braunbeck (2010, p. 26), a SOx trouxe profunda mudança na legislação societária norte-americana, com vultuosos reflexos nas práticas de auditoria em todo o mundo, porque se passou a exigir maior "qualidade" nos trabalhos do auditor. A pesquisa do referido autor, em verdade, não trata da precificação desses serviços, porém, ao elucidar os determinantes da qualidade no trabalho de auditoria independente, também permitiu a compreensão da razão que tornou a atividade mais complexa e arriscada, qual seja, a "força" legislativa trazida pela entrada em vigor da citada Lei, o que explica a evolução dos gastos das companhias em auditorias externas ao longo dos tempos. De qualquer forma, a validade dos achados, no que se referia à determinação de honorários da Auditoria Independente, precisava ser revista.

Assim, com dados, imediatamente, pós-SOx, Bolyai e Iosivan (2007, p. 9) puderam verificar se os achados dos pesquisadores pré-SOx ainda eram válidos. A metodologia empregada contou com o uso de questionário enviado a 401 organizações, dos quais foram restituídos 101. Ao final, a pesquisa analisou um total de apenas 60 observações válidas, com dados de 2004 a 2006, compilados em um modelo de regressão, similar ao dos outros estudiosos já citados. Os



resultados reforçaram as evidências das demais obras anteriores à alteração legislativa norte-americana, porém, o estudo foi concentrado em empresas da Romênia (BOLYAI; IOSIVAN, 2007, p. 9).

Pesquisas mais recentes, com registro de dados posteriores à alteração legislativa, em cerca de uma década, ainda poderiam contrariar esses resultados. No entanto, trabalhos como os de Amba e Al-Hajeri (2013, p. 5) e, no Brasil, os de Hallak e Silva (2012, p. 224), Castro, Peleias e Silva (2014, p. 10) e Vogt *et al.* (2014, p. 13), concluem, a partir de estudos análogos aos das obras anteriormente citadas, que há indicações de que a grandeza das empresas (auditadas e auditoras, estas últimas, pertencentes ao grupo das que, atualmente, são chamadas *Big Four*), de fato, ainda hoje, podem ter impacto significativo no valor final desembolsado com auditorias externas, a um determinado nível de significância.

Amba e Al-Hajeri (2013, p. 5) fundamentaram seu trabalho, basicamente, na obra de Joshi e Al-Basaki (2000), entre outras, realizando um estudo empírico sobre os determinantes de honorários de auditoria em empresas do Oriente Médio. Suas pesquisas abrangeram 20 companhias de auditoria e 30 de consultoria, com uma metodologia que envolveu o uso do teste "t". Todavia, a presente pesquisa buscou evidências recentes no Brasil para fundamentar este trabalho.

Pesquisas no Brasil, ficaram melhor viabilizadas, a partir de 2009, quando a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a exigir a divulgação dos dados de auditorias externas das empresas sob sua regulação, em seus respectivos Formulários de Referência. Observa-se, no país, um crescente esforço de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, conforme já abordado na introdução deste artigo, o que traz, a reboque, a busca por um maior alinhamento às práticas mundiais, como a transparência de informações contábeis, como as de auditoria das companhias. De fato, a Instrução CVM nº. 480, de 7 de dezembro daquele ano, viabilizou diversos trabalhos brasileiros nessa área, incluindo a presente pesquisa.

A partir de então, Hallak e Silva (2012, p. 224) se propuseram ao estudo dos determinantes das despesas com serviços de auditoria e consultoria prestados pelo auditor independente no Brasil. Com metodologia bastante similar a de outros autores estrangeiros já citados anteriormente, os pesquisadores brasileiros observaram a validade atual das evidências de que os custos de auditoria estão positivamente relacionados com o tamanho da companhia, qualidade da governança e com o fato de a auditora ser pertencente ao grupo das *Big Four* (HALLAK; SILVA, 2012, p. 223).

Reforçando as conclusões dos autores supracitados no Brasil, Castro, Peleias e Silva (2014, p. 10) observaram uma influência positiva do porte e complexidade do cliente e de auditores *Big "N"* sobre os custos de auditoria. Essa obra tratou dos determinantes dos honorários de auditoria nas empresas listadas na BMF&BOVESPA. A metodologia, igualmente, pautou-se na análise de regressão múltipla, de modo análogo ao de outros pesquisadores. Os dados foram obtidos junto à CVM, referentes ao exercício 2012.

E, convergindo, ainda mais, com os achados no Brasil, Vogt *et al.* (2014, p. 13) encontraram resultados mais robustos, por contar com dados de 2010 a 2012. Os autores se propuseram ao estudo da relação entre honorários de auditoria e de não-auditoria com o resultado econômico-financeiro das empresas listadas na BM&FBOVESPA. De forma bastante similar aos dos outros pesquisadores brasileiros citados, essa pesquisa chega à conclusão de que as variáveis



de controle, nível de governança corporativa, empresa de auditoria e tamanho da auditada impactam nos custos de auditoria.

Quanto ao número de membros do Conselho de Administração (CA), outra variável analisada no presente artigo, observa-se um norte referencial na pesquisa de Carcello *et al.* (2002), que trata de algumas características desses conselhos, com destaque para a independência. Entretanto, vale ressaltar que neste trabalho, a proposta é analisar o impacto puro e simples de um maior ou menor CA, em contraste com a proposição do citado autor. Sua obra trata, em especial, da influência da quantidade de conselheiros mais independentes, diligentes e especialistas, mais preocupados, em tese, com o cumprimento efetivo de sua função de controle, sobre o preço da auditoria (CARCELLO *et al.*, 2002, p. 2).

A metodologia empregada no trabalho supracitado envolveu utilização de questionário enviado a todas as companhias listadas na revista *Fortune 1000*, resultando num total de 258 observações válidas para o estudo. A partir daí, o método usado foi análogo ao de outros pesquisadores, envolvendo o processamento dos dados com o uso de modelo de determinação para o preço da auditoria, sob uma equação de regressão. Os resultados permitiram ao autor concluir que há uma relação positiva entre o número de membros mais independentes nos Conselhos de Administração das empresas e os honorários pagos a auditores externos, em decorrência de uma maior demanda por qualidade dos serviços prestados, aumentando os esforços de auditoria independente e, portanto, seu custo (CARCELLO *et al.*, 2002, p. 21).

No Brasil, Castro, Peleias e Silva (2014, p. 10) também reforçam essa ideia ao concluírem que uma maior remuneração aos administradores, normalmente, se relaciona com dispêndios mais elevados em auditoria independente. Portanto, em que pese o contraste entre o presente artigo e a pesquisa de Carcello *et al.* (2002), o simples quantitativo de membros dos CA das companhias já poderia, em tese, gerar influência na qualidade e quantidade dos esforços dos auditores, assim, causando impacto no valor pago para auditorias independentes.

No que se refere às variáveis: existência de Comitê de Auditoria (ComAud) e Nível de Governança Corporativa (NGC), também importantes constituintes da análise deste artigo, vale ressaltar que a SOx trouxe maior atenção, em especial, aos mecanismos de governança nas organizações, motivo pelo qual essa variável tem sido explorada nos estudos recentes. O trabalho de Stewart e Kent (2006, p. 26) expõe resultados que indicam uma relação positiva de ambos os atributos com o preço dos serviços do auditor. Contudo, os referidos autores se propuseram à pesquisa das relações entre custos de auditoria, características dos comitês de auditoria e auditorias internas, em companhias australianas (STEWART; KENT, 2006, p. 2).

Em que pese a proposta inicial da referida obra, Stewart e Kent (2006, p. 26) destacam, ainda, que a existência de comitês de auditoria e auditorias internas nada mais são que mecanismos de incremento em Governança Corporativa, que se relacionam positivamente a custos de serviços de auditoria externa. A metodologia contou com a utilização de questionário e, após exclusão de dados inconsistentes, totalizou 401 observações válidas, processadas num modelo de regressão semelhante ao de outros autores (STEWART; KENT, 2006, p. 12).

Pouco tempo depois, Griffin, Lont e Sun (2008, p. 38) reforçam os achados de Stewart e Kent (2006, p. 26), mas chegam a resultados mais abrangentes, ao elucidarem possibilidades de conclusão divergentes nas pesquisas a cerca da influência de comitês de auditoria e, em especial, de bons níveis de governança corporativa, sobre os valores pagos para auditorias externas. Em



contraste, seu estudo sugere que essas características, se presentes nas companhias, poderiam ser capazes de reduzir os riscos envolvidos no trabalho do auditor, resultando na redução dos custos de auditoria. No entanto, o autor conclui, primeiramente, que observou uma relação positiva entre a existência desses atributos e os honorários de auditores, afirmando ser uma possível justificativa a exigência de mais qualidade nos serviços e, por consequência, maior esforço dos profissionais, em geral, elevando os dispêndios das empresas nessa área (GRIFFIN; LONT; SUN, 2008, p. 38).

O trabalho supracitado se propôs à pesquisa de evidências de relações compensatórias entre governança e custos de auditoria. A metodologia usada foi análoga a de outros pesquisadores da área, porém envolveu o uso de três diferentes modelos de regressão, cada qual processando índices particulares de Governança Corporativa, e contou com 366 observações. Os autores sugeriram que estudos futuros poderiam "desafiar" seus resultados, devido à possibilidade de disposição de dados por maior período (GRIFFIN; LONT; SUN, 2008, p. 40).

Mais recentemente, Cassell *et al.* (2012, p. 176) usaram em sua metodologia, similar aos demais pesquisadores, dados de 2000 a 2007, segregando o período pré e pós-SOx e usando diferentes modelos de regressão múltipla em seus estudos, puderam contar com um elevado número de observações válidas (498 observações). Os autores se dispuseram à análise do efeito da Governança Corporativa em realinhamentos auditor-cliente, concluindo ser válida e significativa a relação positiva entre o grau desse atributo e os honorários de auditores (CASSELL *et al.*, 2012, p. 184).

No Brasil, Castro, Peleias e Silva (2014, p. 10) e Vogt *et al.* (2014, p. 13) também chegaram às mesmas conclusões, conforme já citado. Mas, a reflexão sobre os trabalhos de Macedo e Corrar (2012); e Murcia (2009) foi o que, de fato, motivou o enfrentamento do "desafio" sugerido por Griffin, Lont e Sun (2008, p. 40), pois aqueles estudiosos oferecem suporte à tese de que a redução dos riscos poderia diminuir os custos de auditoria.

Os resultados do estudo de Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013) apontam para uma relação negativa entre governança e custos de auditoria, sugerindo que, no mercado brasileiro, predomina o efeito de que melhores práticas de governança reduzem os riscos da auditoria externa permitindo a cobrança de valores menores. Apesar destes resultados os autores ressaltam que a literatura internacional não é unânime quanto ao sinal, embora a maioria dos estudos, como por exemplo de Zaman, Hudaib e Haniffa (2011), apresente uma relação positiva, que representa que melhor governança implica em maiores exigências junto ao serviço da auditoria acarretando elevação dos valores cobrados. Ressalta-se que no estudo de Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013), uma das *proxies* de governança utilizadas foi o nível diferenciado de governança corporativa da BM&FBovespa. Porém, a mesma não se mostrou significativa.

Macedo e Corrar (2012, p. 49) alegam que boas práticas de governança têm valor, em especial, pela qualidade das informações prestadas, atributo que reduz o risco e a assimetria informacional, pela transparência (*Disclosure*) das divulgações. Em que pese a pesquisa desses autores tratar da análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas quanto a essa característica, a obra serviu de subsídio relevante ao presente trabalho.

Em complemento, Murcia (2009, p. 23) afirma que bons níveis de *Disclosure* estão relacionados à boa Governança Corporativa e, assim, a uma contribuição maior para o controle, o que, logicamente, contribui para o trabalho do auditor. Assim, de igual modo, a despeito da



referida obra não tratar de determinantes dos custos de auditoragem, mas, sim, do nível de "Disclosure voluntário" das companhias, ela acabou servindo como importante suporte à argumentação presente neste artigo.

Por fim, no que se refere, especificamente, à busca dos determinantes do valor dos serviços de auditoria independente no Brasil, das pesquisas que motivaram a presente obra, cabe destacar os seguintes trabalhos: Hallak e Silva (2012); Castro, Peleias e Silva (2014) e Vogt *et al.* (2014). A seguir, apresenta-se, de forma detalhada, a metodologia empregada para a realização do estudo em tela.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipologia

Segundo Gil (2002, p. 41), uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva ou explicativa. As pesquisas descritivas quantitativas têm como objetivo primordial a descrição das características de populações ou fenômenos ou, ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis. Dessa forma, pode-se concluir que essa categoria é a que melhor fica representada pelo presente estudo, no que se refere aos objetivos gerais, tendo em vista a pretensão de se analisar os determinantes do valor dos serviços de auditoria independente para as empresas de capital aberto no Brasil.

Ainda segundo Gil (2002), este artigo pode ser classificado, de acordo com o nível de abrangência, como uma pesquisa documental. O uso de formulários de referência de 2014, referentes ao exercício 2013, de 213 companhias de capital aberto, obtidos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do endereço eletrônicos das próprias organizações, confirma a classificação do trabalho nessa categoria.

Por fim, quanto à abordagem utilizada, pode-se classificar o estudo, de acordo com Martins e Theóphilo (2009), como empírico-positivista, visto que utiliza técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos e busca a validação da prova científica por meio de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

3.2. Seleção das variáveis e formulação das hipóteses de estudo

Com base em recentes estudos sobre os determinantes de honorários de auditoria independente, no Brasil e no exterior, como os de Castro, Peleias e Silva (2014); Vogt *et al.* (2014); Amba e Al-Hajeri (2013); Cassell *et al.* (2012); Griffin, Lont e Sun (2008); e Bolyai e Iosivan (2007), entre as outras referências já citadas no tópico 2 (Fundamentação Teórica), observa-se que há elementos que são mais relevantes na indicação de maiores ou menores gastos no que se refere aos custos desses serviços. Dessa maneira, levando-se em conta a relevância dos valores pagos aos auditores externos, é interessante para as organizações que se verifique o grau em que cada uma dessas variáveis se relaciona com esses dispêndios financeiros.

A pergunta que motivou a seleção das variáveis e a formulação das hipóteses de estudo foi: "Seria possível dizer que o tamanho das empresas auditadas e auditoras, o número de membros do Conselho de Administração, a presença de um Comitê de Auditoria e a inclusão na listagem do Novo Mercado (NM), ou mesmo do Nível 2 (N2) de Governança Corporativa, têm relação com os gastos em auditoragem?" Destaca-se que o NM é o maior nível de governança



desenvolvido pela Bolsa de Mercadorias e Futuros & Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), seguido pelo N2, que também foi criado pela referida instituição. Entretanto, a seguir, será descrita a maneira como se chegou a esse questionamento.

Quanto ao tamanho da empresa auditada, Simunic (1980, p. 162), em seu precursor estudo sobre o assunto, já havia chegado a conclusão de que as grandes companhias tinham preferências pelas consideradas "melhores" na prestação dos serviços de auditoria, independentemente do custo. Brin, Pell e Roberts (1994, p. 101); Sandra e Patrick (1996, p. 32); e Joshi e Al-Bastaki (2000, p. 129), mesmo ao analisar regiões diferentes no mundo, chegam a resultados que convergem entre si, concluindo, dessa forma, que maiores organizações tendem a realizar dispêndios mais elevados com os trabalhos de auditores externos.

Contando com um elevadíssimo número de observações, os trabalhos de pesquisa de Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003, p. 728) reforçam as conclusões, conforme já descrito na fundamentação teórica, descrita no tópico dois do presente trabalho. Dessa maneira, o fato de que se observam resultados e conclusões muito consistentes e semelhantes em diversas partes do mundo denota uma tendência internacional, que pode ter sido influenciada pelo, ainda crescente, esforço de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade.

Pesquisas que utilizam essas referências, como as de: Bolyai e Iosivan (2007); Amba e Al-Hajeri (2013); no Brasil: Hallak e Silva (2012); e, mais recentemente, Castro, Peleias e Silva (2014) e Vogt et al. (2014), concluem que há indicações de que a grandeza das empresas (as auditadas e, também, auditoras, estas últimas, pertencentes ao grupo das que atualmente são chamadas *Big Four*), em verdade, ainda hoje, podem ter um impacto significativo no valor final desembolsado com auditorias externas, a um determinado nível de significância. Dessa forma, foram constituídas, simultaneamente, as primeira e a segunda hipóteses deste estudo:

H1 = O tamanho das companhias auditadas tem relação positiva com os honorários dos serviços de auditoria independente das organizações de capital aberto reguladas pela CVM; e

H2 = A escolha por uma companhia auditora *Big Four* (KPMG, Deloitte, Ernest & Young ou PricewaterhouseCoopers), por parte da organização auditada, tem relação positiva com honorários dos serviços de auditoria das organizações de capital aberto reguladas pela CVM.

No que se refere ao tamanho do Conselho de Administração das companhias auditadas, as evidências achadas por Carcello et al. (2002, p. 21), associadas aos resultados e conclusões das pesquisas de Castro, Peleias e Silva (2014) indicam que uma maior remuneração aos administradores normalmente se relaciona com dispêndios mais elevados com auditores externos. O que se pretende neste presente trabalho é evidenciar a qualidade da *proxi* "número de membros do Conselho de Administração" na explicação dos custos das auditorias independentes, constituindo-se, então, a terceira hipótese:

H3 = O número de membros nos Conselhos de Administração das companhias auditadas tem relação positiva com os honorários dos serviços de auditoria independente das organizações de capital aberto reguladas pela CVM.

A existência de Comitê de Auditoria na gestão empresarial constituiu parte relevante do objeto de estudo das pesquisas de Stewart e Kent (2006), Griffin, Lont e Sun (2008), Cassell et al. (2012), Castro, Peleias e Silva (2014) e Vogt et al. (2014). Empresas que possuem essa característica buscam estar menos expostas a riscos. No entanto, nos cabe inferir a possibilidade de que a mera necessidade de se ter instalado esse tipo de comitê, por si só, já poderia indicar



uma maior probabilidade de risco envolvido no trabalho do auditor externo, influenciando, positivamente, os honorários de serviços de auditoria independente para as companhias brasileiras. Assim, a quarta hipótese construída para este trabalho é:

H4 = A existência de Comitê de Auditoria, por parte da organização auditada, tem relação positiva com os custos dos serviços de auditoria independente das empresas de capital aberto reguladas pela CVM.

E, finalmente, conforme explicado na fundamentação (tópico 2 deste artigo), Macedo e Corrar (2012, p. 49) indicam que boas práticas de governança levam em conta melhores informações prestadas, conduzindo à redução de incertezas e, por consequência, dos riscos. Há, então, a diminuição da assimetria informacional, por meio de uma maior transparência (*Disclosure*) quanto às divulgações. Murcia (2009, p. 23) complementa ao afirmar que, se voluntário, o *Disclosure* pode mitigar os efeitos do problema do risco moral, porque faz com que as ações dos gestores se tornem públicas, funcionando como um importante mecanismo de controle. Além disso, Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013) ressaltam que apesar de terem encontrado relação negativa entre custos de auditoria e governanças corporativa, a literatura internacional apresenta na maioria dos casos uma relação positiva, sugerindo que melhores práticas de governança levam a custos de auditoria superiores.

Então, se bons níveis de evidenciação das demonstrações financeiras das companhias reguladas pela CVM podem estar relacionados à melhoria de controles e, também, à boa Governança Corporativa, é possível inferir que um alto NGC pode demandar maior esforço de auditoria, em decorrência da qualidade que poderá ser exigida para o trabalho de auditoria. A partir da reflexão sobre as obras dos autores citados no parágrafo anterior e, levando-se em conta o momento de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, onde se dá valor especial à governança na gestão empresarial, foi, então, constituída a última hipótese de pesquisa, com objetivo de propiciar maior destaque ao assunto:

H5 = A existência de um alto grau de governança (NGC), representado pela presença da organização auditada no Novo Mercado (NM) ou nível 2 de Governança Corporativa, níveis criados pela Bolsa de Mercadorias e Futuros & Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), tem relação positiva com os custos dos serviços de auditoria independente das empresas de capital aberto reguladas pela CVM.

Vale ressaltar que cada pesquisador trabalhou com dados de sua época e, quando seus estudos são comparados, em alguns casos, observa-se que há resultados diferentes no que se refere a hipóteses que foram formuladas semelhantemente. Nenhum autor referenciado neste trabalho selecionou exatamente o mesmo conjunto de atributos das empresas de capital aberto representados por cada variável no presente estudo. Contudo, buscou-se neste artigo verificar cuidadosamente a validade atual dessas obras, conforme será explorado nos tópicos detalhados a seguir.

3.3. Universo, amostra, descrição das variáveis do estudo e instrumento de análise

No exercício de 2009, a evolução normativa, trazida pela Instrução CVM nº 480, de 7 dezembro daquele ano, determinou a divulgação dos custos com serviços de auditoria independente por parte das companhias de capital aberto reguladas por aquele órgão. Dessa



forma, o universo de pesquisa para o assunto no Brasil começou a ser vislumbrado a partir dessa data. Até então, a carência de estudos brasileiros nessa área era o que reinava.

Do conjunto original, algumas empresas tiveram que ser excluídas da análise, em virtude de não possuírem divulgações consistentes quanto às necessidades demandadas pelo estudo ou apresentarem características muito peculiares, causando distorções relevantes quando colocadas no processo analítico. Associando-se essa questão à dificuldade de obtenção dos dados para a realização deste trabalho, constituiu-se uma amostra de apenas 194 companhias, observadas com base em seus formulários de referência do exercício 2013, enviados à CVM em 2014, e informações financeiras obtidas por meio da base Economática®. Assim, a técnica de amostragem empregada se classifica como não aleatória por acessibilidade (FAVERO *et al.*, 2009).

Caracteriza-se, ainda, como limitação da pesquisa a seleção de um conjunto pequeno de variáveis, quando comparado à obra de outros autores. Esse último limitador foi deliberado, com o objetivo de destacar, de forma específica, o tamanho das organizações (TAM), o número de membros do Conselho de Administração (CA), a existência de Comitê de Auditoria (ComAud), o Nível de Governança Corporativa (NGC) e a escolha de uma auditora *Big Four* (BIG4), no que se refere à explicação do custo total com serviços de auditoria independente (CusAud).

A análise de regressão, bastante empregada na área de negócios, tem o propósito principal de analisar/descrever a relação entre variáveis. Consiste em determinar uma função matemática que busca descrever o comportamento de uma variável, denominada dependente, com base nos valores de uma ou mais variáveis, chamadas independentes. Neste último caso, multivariado, a técnica utilizada é a regressão múltipla. Quando a relação funcional representar uma reta, ou seja, for linear, tratar-se-á de uma regressão linear. Assim, neste trabalho, analisa-se uma **regressão linear múltipla** (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2009).

O Custo de Auditoria (CusAud), objeto de estudo do presente trabalho, é uma variável escalar quanto ao nível de mensuração e, por tanto, quantitativa. A distribuição de seus valores, em geral, é bastante assimétrica. Gujarati (2006, p. 310), explica que, nesses casos, transformações logarítmicas reduzem tanto a assimetria quanto a heterocedasticidade. Sendo assim, na análise de regressão em tela, utilizou-se como *proxi* a transformação para Logaritmo Natural do CusAud.

O número de membros dos Conselhos de Administração (CA) das empresas constitui variável também quantitativa. Porém, Comitê de Auditoria (ComAud), Nível de Governança Corporativa (NGC) e *Big Four* (BIG4), são variáveis nominais e, por tanto, qualitativas. Neste caso, são, ainda, dicotômicas (apresentam valor "zero" ou "um") e, assim, também são chamadas binárias ou categóricas, denominadas *dummies* (GUJARATI, 2006).

Quando há uma mistura de regressores qualitativos e quantitativos são constituídos os **modelos de análise de covariância** (ANCOVA), que é o caso deste trabalho. As variáveis tipo *dummy* podem ser incluídas nos modelos de regressão sob as formas: multiplicativa, aditiva ou mista. Considerou-se, nesta análise, a inclusão das *dummies* em adição, por se considerar procedimento satisfatório quanto aos objetivos de pesquisa (CORRAR; PAULO; DIAS FILHO, 2009).

As cinco variáveis "independentes" (TAM, CA, ComAud, NGC e BIG4) foram selecionadas para explicar a variável "dependente" (CusAud), a partir de estudos dos vários

autores anteriormente citados. Tais pesquisadores, estrangeiros e nacionais, ressaltaram a importância e a relevância desses atributos das companhias de capital aberto. Dessa maneira, constituiu-se a função de regressão a seguir:

QUADRO 1 - FUNÇÃO DE REGRESSÃO LINEAR MÚTIPLA

$$\text{CusAud} = \beta_1 + \beta_2\text{TAM} + \beta_3\text{CA} + \beta_4\text{ComAud} + \beta_5\text{NGC} + \beta_6\text{BIG4}$$

Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, o quadro a seguir apresenta, de forma sintética, cada variável e sua respectiva descrição, *proxie*, tipo (se independente = IND, se dependente = DEP), instrumento de coleta e as principais referências utilizadas para basear sua inclusão no presente estudo:

QUADRO 2 - DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

VAR	DESCRIÇÃO	TIPO	PROXIES	COLETA	AUTORES
TAM	Tamanho das organizações de capital aberto reguladas pela CVM	IND	Ln do Ativo Total/1000 das empresas de capital aberto reguladas pela CVM	Economática® (agosto de 2014)	Simunic (1980); Brin, Pell e Roberts (1994); Sandra e Patrick (1996); Joshi e Al-Bastaki (2000); Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003); Bolyai e Iosivan (2007); Hallak e Silva (2012); Amba e Al-Hajeri (2013); Castro, Peleias e Silva (2014); e Vogt et al. (2014).
CA	Conselho de Administração das empresas de capital aberto reguladas pela CVM	IND	Ln do Número de membros integrantes	Formulários de Referência 2014 das empresas.	Carcello et al. (2002) e Castro, Peleias e Silva (2014)
ComAud	Existência de Comitê de Auditoria nas organizações de capital aberto reguladas pela CVM	IND <i>dummy</i>	Existência: sim ou não	Formulários de Referência 2014 das empresas.	Stewart e Kent (2006); Stewart e Munro (2007); Griffin, Lont e Sun (2008); Castro, Peleias e Silva (2014); e Vogt et al. (2014).
NGC	Nível de Governança em empresas de capital aberto reguladas pela CVM	IND <i>dummy</i>	NM ou no Nível 2 de Governança da BOVESPA: sim ou não	Formulários de Referência 2014 das empresas.	Stewart e Kent (2006); Stewart e Munro (2007); e Griffin, Lont e Sun (2008).
BIG4	Firma de auditoria independente pertencente ao Grupo das <i>Big Four</i>	IND <i>dummy</i>	Escolha de uma <i>Big Four</i> para auditar: sim ou não	Formulários de Referência 2014 das empresas.	Simunic (1980); Sandra e Patrick (1996); Joshi e Al-Bastaki (2000); Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003); Bolyai e Iosivan (2007); Hallak e Silva (2012); Amba e Al-Hajeri (2013); Castro, Peleias e Silva (2014); e Vogt et al. (2014).
CusAud	Custo Total com serviços de Auditoria Independente das organizações de capital aberto reguladas pela CVM	DEP	Logaritmo natural (Ln) do total gasto em auditoria externa pelas organizações de capital aberto	Formulários de Referência 2014 das empresas.	Simunic (1980); Brin, Pell e Roberts (1994); Sandra e Patrick (1996); Joshi e Al-Bastaki (2000); Carcello et al. (2002); Whisenant, Sankaraguruswamy e Raghunandan (2003); Stewart e Kent (2006); Stewart e Munro (2007); Bolyai e Iosivan (2007); Griffin, Lont e Sun (2008); Hallak e Silva (2012); Ireleand e Lennox (2013); Amba e Al-Hajeri

	CVM		reguladas pela CVM		(2013); Castro, Peleias e Silva (2014); e Vogt et al. (2014).
--	-----	--	--------------------	--	---

Fonte: elaborado a partir dos dados de pesquisa.

Usou-se o *software* GRETL 1.9 CVS® para a aplicação da análise de regressão por meio do Método de Mínimos Quadrados Ordinário (MQO). Pelos coeficientes angulares da função proposta, obtidos pelo uso do instrumento analítico selecionado, é possível avaliar o relacionamento das variáveis e o sentido em que o impacto destas atua sobre os Custos de Auditoria independente nos quais as companhias de capital aberto reguladas pela CVM incorrem, conforme apresentado na próxima seção do presente trabalho.

Para análise dos pressupostos da regressão utiliza-se teste de normalidade e de homocedasticidade dos resíduos. Em caso de problemas com a presença de resíduos heterocedásticos, aplica-se a correção de White para tornar os resultados robustos. Além disso, analisa-se a colinearidade pelo cálculo do FIV (Fator de Inflação da Variância), aceitando-se FIVs < 5,00.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Usando o *software* GRETL 1.9 CVS®, obteve-se os resultados a seguir (Tabela 1) para a regressão entre o custo total dos serviços de auditoria e as variáveis explicativas selecionadas para o modelo. Além disso, obteve-se os resultados para os testes de normalidade e homocedasticidade dos resíduos da regressão. Verificou-se, ainda, a possível ocorrência de problemas de multicolinearidade das variáveis da análise, obtendo-se resultados para o FIV sempre menores que 5,00 (maior FIV = 1,7), o que leva a conclusão de que o nível de colinearidade das variáveis independentes é aceitável.

Considerando-se um nível de significância (α) de 5%, observa-se, assim, a presença de problemas de não normalidade e heterocedasticidade dos resíduos. Para normalidade, de acordo com Brooks (2002), pode-se relaxar o pressuposto de normalidade dos resíduos com base no Teorema do Limite Central, visto que tem-se uma amostra grande ($n > 100$). Já em relação à heterocedasticidade, os parâmetros foram estimados com erros robustos pela aplicação da matriz de correção de White.

TABELA 1 – Resultado da Regressão – Variável Dependente = Ln CUSAUD

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
Const	7,5727	0,5490	13,7945	< 0,0001	***
TAM	0,3114	0,0439	7,0867	< 0,0001	***
CA	0,1564	0,1826	0,8565	0,3928	
ComAud	0,1626	0,1514	1,0738	0,2842	
NGC	0,3670	0,1871	1,9614	0,0513	*
BIG4	0,5436	0,1969	2,7613	0,0063	***
R-quadrado	0,5539		R-quadrado ajustado		0,5423
F(5, 193)	33,3579		P-valor(F)		< 0,0001
P-valor (normalidade resíduos)	< 0,0001		P-valor (homocedasticidade resíduos)		0,0133

*** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%

Fonte: elaborado a partir dos dados de pesquisa.

A regressão como um todo é significativa ($p\text{-valor } F < 0,0001 < \alpha$) e explica cerca de 55 % do comportamento do CusAud. É interessante notar que os coeficientes das variáveis tamanho (TAM) e empresa de auditoria (BIG4) são significativos considerando o nível de 5% de

significância. O nível de governança corporativa (NCG) só é significativo a 10%. As outras variáveis – conselho de administração (CA) e comitê de auditoria (ComAud) – não se mostraram significativas. Cabe ainda ressaltar, que conforme esperado os sinais dos coeficientes das variáveis significativas foram positivos, mostrando que quanto maior a empresa e a escolha de uma auditoria Big4 explicam um aumento dos custos dos serviços de auditoria.

A partir destes resultados procurou-se uma explicação para a não significância das variáveis CA e ComAud. Uma possibilidade é que estas variáveis estejam relacionadas com o tamanho das empresas, ou seja, empresas maiores tendem a ter maiores conselhos de administração e tendem a constituir comitê de auditoria. Se isso for verdade, a presença de uma variável que controla tamanho pode estar inibindo a relação entre os custos dos serviços de auditoria e as variáveis de conselho de administração e comitê de auditoria.

Para testar se isso poderia estar acontecendo, procedeu-se uma análise da relação entre tamanho e estas duas variáveis. Para a variável CA observou-se que existe um coeficiente de correlação (Spearman) de 0,53 (p-valor < 0,0001). Isso quer dizer que existe uma relação moderada entre o tamanho da empresa e o tamanho do conselho de administração. No que diz respeito à existência do comitê de auditoria, percebeu-se por meio do teste de diferença de média de Mann-Whitney que empresas com comitê de auditoria tinham tamanhos significativamente maiores que empresas sem comitê de auditoria, ao nível de 5% (p-valor < 0,0001).

Assim sendo, tem-se indicativos de que as variáveis CA e ComAud podem estar se misturando com o tamanho da empresa. Com base nestas evidências, resolveu-se analisar novamente a regressão sem a variável TAM. O intuito era verificar se sem o controle do tamanho as variáveis CA e ComAud se tornariam positivamente significativas ao nível de 5%. Os resultados podem ser observados na Tabela 2.

TABELA 2 – Resultado da Regressão sem Controle de Tamanho – Variável Dependente = Ln CUSAUD

	<i>Coeficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>razão-t</i>	<i>p-valor</i>	
Const	10,1755	0,3608	28,2013	< 0,0001	***
CA	0,8912	0,1934	4,6072	< 0,0001	***
ComAud	0,4000	0,1794	2,2301	0,0269	**
NGC	0,1608	0,1948	0,8254	0,4102	
BIG4	1,2966	0,2459	5,2730	< 0,0001	***
R-quadrado	0,3580		R-quadrado ajustado	0,3448	
F(4, 194)	27,0434		P-valor(F)	< 0,0001	
P-valor (normalidade resíduos)	0,0361		P-valor (homocedasticidade resíduos)	0,0725	

*** significativo a 1%; ** significativo a 5%; * significativo a 10%

Fonte: elaborado a partir dos dados de pesquisa.

Os resultados mostram que ainda persiste o problema de não normalidade dos resíduos, porém não se observa mais o problema de heterocedasticidade. Além disso, estes resultados confirmam que tanto o tamanho do conselho de administração, quanto a existência de um comitê de auditoria podem influenciar significativamente de forma positiva os custos dos serviços de auditoria independente.

Estes resultados demonstram que os custos com serviços de auditoria independente das companhias de capital aberto reguladas pela CVM estão, realmente, relacionados positivamente ao tamanho e ao número de membros dos Conselhos de Administração dessas empresas. O mesmo ocorre no que se refere à existência de um Comitê de Auditoria instalado e à escolha de



uma auditora Big Four para as atividades de auditoria externa. Porém, as evidências não são conclusivas em relação à listagem em um dos altos níveis de Governança Corporativa criados pela BM&FBOVESPA, o NM ou Nível 2. Dessa forma, confirmam-se, ao nível de 5%, praticamente todas as hipóteses de pesquisa apresentadas: H1, H2, H3 e H4, confirmando-se a H5 apenas ao nível de 10% de significância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que quase a totalidade das obras revisadas nesta pesquisa abordaram a influência do tamanho das organizações e de suas escolhas por auditoras *Big Four* sobre os custos incorridos em serviços de auditoria, buscou-se, no presente artigo, verificar a situação atual do relacionamento entre essas variáveis. Adicionalmente, este trabalho teve o propósito de destacar a capacidade explicativa do número de membros dos Conselhos de Administração dessas empresas, da existência de Comitê de Auditoria e de um elevado Nível de Governança Corporativa no que se refere a dispêndios com auditores externos.

As razões para esse destaque vêm da relevância que tem sido dada a esses atributos, que podem indicar maior qualidade das informações financeiras veiculadas aos usuários, por meio das divulgações das demonstrações contábeis. Nesse momento de franco esforço de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, cresce a importância dos serviços de auditoria independente, que vão se tornando cada vez mais complexos e com maiores riscos inerentes.

Com base na análise apresentada, verifica-se que, atualmente, as hipóteses H1 e H2, confirmadas, apenas reforçam os estudos que os autores revisados já desenvolveram respectivamente. Vale ressaltar, então, que desde as pesquisas de Simunic (1980), ainda é válido inferir que grandes empresas e escolha de *Big Four* para auditar representam elevados gastos com auditoria independente.

A confirmação da hipótese H3 reforça os estudos de Castro, Peleias e Silva (2014) e de Vogt et al. (2014), porém, sob uma métrica diferente, onde se considerou, simplesmente a quantidade de membros nos Conselhos de Administração, ao invés da remuneração dos executivos. Logo, atesta-se também a qualidade dessa *proxí* na estimação de custos de auditoria independente.

Ao confirmar a hipótese H4, verificou-se que, de fato, a existência de Comitê de Auditoria, por parte da organização auditada, tem relação positiva com os custos dos serviços de auditoria independente das empresas de capital aberto reguladas pela CVM. Assim, infere-se que a necessidade de se ter instalado um comitê desse tipo, por si só, já poderia, sim, indicar maior probabilidade de risco envolvido no trabalho do auditor externo, logo, maiores gastos com pagamento de contratos dessa natureza.

Por fim, em relação a hipótese H5, verificou-se significância apenas ao nível de 10%. Mesmo que de forma fraca, tem-se evidências de que a obtenção de um maior nível de Governança Corporativa, geralmente atrelada a um alto grau de evidênciação (*Disclosure*), tem potencial para aumentar os gastos com auditores independentes. Possivelmente, as razões para isso decorrem da elevação da quantidade e qualidade do trabalho na auditoria de um maior número de informações, que passam a ser divulgadas aos usuários com essa melhoria de *Disclosure*. Dessa maneira, as reflexões sobre os estudos de Macedo e Corrar (2012) e Murcia (2009) não apenas são válidas, como reforçam a importância que deve ser dada a esse assunto nos



dias de hoje. Além disso, os resultados se alinham aos achados de Bortolon, Sarlo Neto e Santos (2013) no sentido de não significância ou significância fraca da variável nível diferenciado de governança. Por fim, os resultados do presente estudo se alinham com os resultados da maioria das pesquisas internacionais, tais como o artigo de Zaman, Hudaib e Haniffa (2011), que também encontraram relação positiva entre custos de auditoria e governança corporativa.

Conclui-se, então, que, em que pese a existência de Comitê de Auditoria e elevado nível de Governança Corporativa terem o propósito de redução dos riscos, esses atributos podem ser encarados como indicativos de alta complexidade e carga de trabalho na prestação de serviços de auditoria independente. Esse fato ainda demanda pesquisas futuras, pois não há uma opinião conclusiva por parte dos pesquisadores.

Finalmente, sugere-se, ainda, como possibilidades para contribuições futuras, estudos que possam abarcar mais variáveis regressoras, como o *Disclosure*, por exemplo, na explicação dos custos com serviços de auditoria independente, a que estão sujeitas as companhias de capital aberto reguladas pela CVM. Acredita-se que, certamente, pesquisas mais abrangentes sobre esse assunto podem ser de grande utilidade, constituindo relevante e importante valor para a construção de um saber contábil mais robusto e sólido.

REFERÊNCIAS

- AMBA, Sekhar Muni; AL-HAJERI, Fatima Khalid. Determinants of audit fees in Bahrain: an empirical study. **Journal of Finance and Accountancy**. New York Institute of Technology, Bahrain, 2013.
- BOLYAI, Atanasiu Pop Babeş; IOSIVAN, Oana Raluca. **The pricing of audit services: evidence from Romania**. University of Cluj-Napoca. 2007.
- BORTOLON, Patrícia Maria; SARLO NETO, Alfredo; SANTOS, Thaís Barreto. Custos de Auditoria e Governança Corporativa. **R. Cont. Fin.** – USP, São Paulo, v. 24, nº. 61, p. 27-36, jan./fev./mar./abr. 2013.
- BRAUNBECK, Guillermo Oscar. **Determinantes da Qualidade das Auditorias Independentes no Brasil**. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis. São Paulo, 2010.
- BRIN, T.; PELL, M. J.; ROBERTS, R. Audit fee determinants of independent & subsidiary unquoted companies in the UK - An Exploratory Study. **British Accounting Review**, p.101-121, 1994.
- BROOKS, C. **Introductory econometrics for finance**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- CARCELLO, J. V.; HERMANSON, D. R.; NEAL, T. L.; RILEY, R. A. Board characteristics and audit fees. **Contemporary Accounting Research**, p. 365-384, 2002.
- CASSELL, Cory A.; GIROUX, Gary A.; MYERS, Linda A.; OMER, Thomas C. The Effect of Corporate Governance on Auditor-Client Realignment. **Auditing: A Journal of Practice & Theory**. American Accounting Association Vol. 31, Nº. 2 DOI: 10.2308/ajpt-10240, pp. 167–188, mai. 2012.



CASTRO, Walther Bottaro de Lima; PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glaucio Peres da. Determinantes dos Honorários de Auditoria: Um Estudo nas Empresas Listadas na BMF&BOVESPA. **XXXVIII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2014.

CORRAR, L. J.; PAULO, E.; DIAS FILHO, J. M. **Análise Multivariada para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia**. São Paulo: Atlas, 2009.

CVM. **Instrução CVM nº. 480, DE 7 DEZEMBRO DE 2009**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>, acesso em 22 de junho de 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de Dados: Modelagem Multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GRIFFIN, P.; LONT, D.; SUN, Y. Corporate Governance and Audit Fees: Evidence of Countervailing Relations. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, p. 18-49, 2008.

GUJARATI; D. N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2006.

HALLAK, Rodrigo Telles Pires; SILVA, Andre Luiz Carvalho da. Determinantes das Despesas com Serviços de Auditoria e Consultoria Prestados pelo Auditor Independente no Brasil. **R. Cont. Fin.** – USP, São Paulo, v. 23, n. 60, p. 223-231, set./out./nov./dez. 2012.

IRELEAND, J.C.; LENNOX, C.S. The Large Audit Firm Fee Premium: A Case of Selectivity Bias. **Journal of Accounting, Auditing & Finance**. vol. 17 no. 1 73-91. jan, 2002. Disponível em: <<http://jaf.sagepub.com/content/17/1/73.short>>. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

JOSHI, P. L.; AL-BASTAKI, H. Determinants of Audit Fees: Evidence from the Companies Listed in Bahrain. **International Journal of Auditing**, v. 4, n. 2, p. 129-138, 2000.

MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; CORRAR, Luiz João. Análise comparativa do desempenho contábil-financeiro de empresas com boas práticas de governança corporativa no Brasil. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, ISSN 1984-6266. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 4, n.1, p 42-61, jan./abr. 2012.

MARTINS, Andréia Denise dos Santos e WÜNSCH, Paulo Eduardo Rosselli. **Normas Internacionais de Contabilidade: A Conversão da Moeda nas Demonstrações Contábeis**. Taquara/RS, 2013. Disponível em: <<https://contabeis.faccat.br/revista/edicao02/artigo-andreia.pdf>>, acesso em 21 de fevereiro de 2015.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. **Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário de Companhias Abertas no Brasil**. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Contábeis. São Paulo, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; COSTA, Fábio Moraes da; DANTAS, José Alves; BORGES, Erivan Ferreira. Evolução da Regulação da Auditoria Independente no Brasil: Análise Crítica, a partir da Teoria da Regulação. **Advances in Scientific and Applied Accounting**. São Paulo, v.4, n.2, p.127-161, 2011.



PORTAL DE CONTABILIDADE. **Auditoria - Origem e Evolução**. Disponível em <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/1contabil280406.htm>>, acesso em 25 de agosto de 2014.

SANDRA, W.M.H.; PATRICK, P.H.N. The Determinants of Audit Fees in Hong Kong: An Empirical Study. **Asian Review of Accounting**, n. 4, p. 32-50, 1996.

SIMUNIC, D. A. The Pricing of Audit Services: Theory and Evidence. **Journal of Accounting Research**, v.18, n.1, p.160-190, 1980.

STEWART, J.; MUNRO, L. The impact of Audit Committee Existence and Audit Committee Meeting Frequency on the external audit: perceptions of Australian auditors. **International Journal of Auditing**, p. 51-69. 2007.

STEWART, J.; KENT, P. Relation between external audit fees, audit committee characteristics and internal audit. **Accounting and Finance**, p. 387-404, 2006.

SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo Lopes; SZUSTER, Fortunée Rechtman; SZUSTER, Fernanda Rechtman; SZUSTER, Flávia Rechtman. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária**. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

VOGT, Mara; LEITE, Maurício; CUNHA, Paulo Roberto da; SANTOS, Vanderlei dos. Relação entre Honorário de Auditoria e Não Auditoria com o Resultado Econômico financeiro das Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. **XXXVIII Encontro da ANPAD**. Rio de Janeiro, 2014.

WHISENANT, Scott; SANKARAGURUSWAMY, Srinivasan; RAGHUNANDAN, Kannan. Evidence on the Joint Determination of Audit and Non Audit Fees. **Journal of Accounting Research**, v. 41, n. 4, p. 721-744, 2003.

ZAMAN, M.; HUDAIB, M.; HANIFFA, R. Corporate governance quality, audit fees and non-audit services fees. **Journal of Business Finance & Accounting**, n. 38 (1/2), p. 165-197, 2011.